

Escolhas contábeis: reflexões para a pesquisa no Brasil

Denise Mendes da Silva (UFU e FEARP/USP) - denysemendes03@gmail.com

Vinicius Aversari Martins (USP-RP) - vinicius@usp.br

Sirlei Lemes (UFU) - sirleemes@uol.com.br

Resumo:

Neste artigo promovemos uma discussão acerca das escolhas contábeis, das teorias e dos principais autores envolvidos com essa temática com o objetivo de despertar reflexões a respeito de uma questão inquietante: o que pode determinar as escolhas contábeis das empresas brasileiras? A literatura internacional e nacional deixou algumas contribuições ao longo dos anos, porém, questões como a existência de uma teoria das escolhas contábeis, os determinantes das múltiplas escolhas contábeis e até mesmo a definição das escolhas contábeis ainda não estão claras. A discussão na literatura está voltada tanto para as escolhas contábeis presentes nas normas de contabilidade, como também, para o uso estratégico dessas escolhas pela gestão das empresas. Assim, torna-se interessante investigar o que determina as escolhas contábeis, levando-se em conta características institucionais e organizacionais, da natureza dinâmica dos negócios e de variações decorrentes do ambiente social e regulatório, como enforcement e tributação, por exemplo. Acreditamos que amarrações teóricas e hipotéticas precisam ser estruturadas, de modo a justificar os testes empíricos de maneira mais robusta na pesquisa sobre as escolhas contábeis. Também sugerimos o emprego de diferentes abordagens metodológicas em um mesmo estudo para dirimir possíveis vieses existentes nos resultados encontrados até então pelas pesquisas nessa temática. Com base nas reflexões realizadas, consideramos que a pesquisa sobre escolhas contábeis no Brasil poderia focar as empresas de grande porte, sejam estas de capital aberto ou fechado, analisando as características particulares do nosso mercado.

Palavras-chave: *Escolhas contábeis. Teoria das escolhas contábeis. Consequências econômicas.*

Área temática: *Contribuições teóricas para a determinação e a gestão de custos*

Escolhas contábeis: reflexões para a pesquisa no Brasil

Resumo

Neste artigo promovemos uma discussão acerca das escolhas contábeis, das teorias e dos principais autores envolvidos com essa temática com o objetivo de despertar reflexões a respeito de uma questão inquietante: o que pode determinar as escolhas contábeis das empresas brasileiras? A literatura internacional e nacional deixou algumas contribuições ao longo dos anos, porém, questões como a existência de uma teoria das escolhas contábeis, os determinantes das múltiplas escolhas contábeis e até mesmo a definição das escolhas contábeis ainda não estão claras. A discussão na literatura está voltada tanto para as escolhas contábeis presentes nas normas de contabilidade, como também, para o uso estratégico dessas escolhas pela gestão das empresas. Assim, torna-se interessante investigar o que determina as escolhas contábeis, levando-se em conta características institucionais e organizacionais, da natureza dinâmica dos negócios e de variações decorrentes do ambiente social e regulatório, como *enforcement* e tributação, por exemplo. Acreditamos que amarrações teóricas e hipotéticas precisam ser estruturadas, de modo a justificar os testes empíricos de maneira mais robusta na pesquisa sobre as escolhas contábeis. Também sugerimos o emprego de diferentes abordagens metodológicas em um mesmo estudo para dirimir possíveis vieses existentes nos resultados encontrados até então pelas pesquisas nessa temática. Com base nas reflexões realizadas, consideramos que a pesquisa sobre escolhas contábeis no Brasil poderia focar as empresas de grande porte, sejam estas de capital aberto ou fechado, analisando as características particulares do nosso mercado.

Palavras-chave: Escolhas contábeis. Teoria das escolhas contábeis. Consequências econômicas.

Área temática: Contribuições teóricas para a determinação e a gestão de custos.

1 Introdução

Neste artigo promovemos uma discussão acerca das escolhas contábeis, das teorias e dos principais autores envolvidos com essa temática com o objetivo de despertar reflexões a respeito de uma questão inquietante: o que pode determinar as escolhas contábeis das empresas brasileiras? A literatura internacional e nacional deixou algumas contribuições ao longo dos anos, porém, questões como a existência de uma teoria das escolhas contábeis, os determinantes das múltiplas escolhas contábeis e até mesmo a definição das escolhas contábeis ainda não estão claras, como veremos na sequência.

Observamos que os estudos anteriores sobre os fatores determinantes da realização de escolhas contábeis apresentam como uma das principais críticas o fato de os pesquisadores investigarem apenas uma escolha contábil em detrimento de outras. Conforme Fields, Lys e Vincent (2001), os administradores não escolhem apenas um método, mas sim um conjunto de políticas contábeis simultaneamente. Desse modo, um estudo que tenha como objetivo identificar os fatores determinantes de múltiplas escolhas contábeis torna-se interessante. Os autores também alertam que os resultados das pesquisas a respeito das escolhas contábeis podem apresentar variações em virtude: de características institucionais e organizacionais; da natureza dinâmica dos negócios; de variações decorrentes do ambiente social e regulatório, ou

seja, esses elementos precisam ser considerados nos estudos que envolvem as escolhas contábeis.

Para essa discussão vamos tratar das escolhas contábeis permitidas no IFRS (*International Financial Reporting Standards*), ou seja, aquelas exclusivamente vinculadas à flexibilidade constante no padrão contábil internacional, cujas empresas podem lançar mão somente porque adotaram o IFRS, e também das escolhas contábeis discricionárias, efetuadas no intuito de gerenciar resultados. Assim, nos referimos às escolhas contábeis relacionadas à mensuração (critérios e métodos de avaliação de ativos, como estoques, imobilizados, propriedades para investimento etc.), ao reconhecimento de itens no Balanço Patrimonial e / ou Demonstração do Resultado (pagamentos do arrendamento mercantil, subvenções relacionadas a receitas e ativos etc.) e à evidenciação (apresentação das informações, como, por exemplo, juros pagos na Demonstração dos Fluxos de Caixa entre outras). Lembrando que mesmo as escolhas de políticas contábeis atreladas às normas envolvem discricionariedade, ou seja, quem faz a escolha exerce um julgamento e pode escolher determinada alternativa por conservadorismo ou focando as consequências econômicas que tal escolha pode gerar. Com isso, empresas semelhantes (de mesmo porte ou setor) poderão ter demonstrações contábeis diferenciadas, o que pode impactar a comparabilidade das informações e, conseqüentemente, as tomadas de decisões de investidores, credores e demais usuários dos relatórios contábeis.

Com base em Martins (2012) podemos destacar a função social da pesquisa a respeito das escolhas contábeis pela quantidade de *stakeholders* envolvidos com a contabilidade, revelando, principalmente, a relação das pessoas com a informação contábil, no ambiente social. No ambiente patrimonial e econômico ressalta-se a contabilidade como fornecedora de informações relevantes para a tomada de decisão, mais especificamente, a decisão sobre a política contábil que vai gerar determinada consequência econômica.

Iudícibus e Lopes (2012) deixam claro que a pesquisa em contabilidade no Brasil pode ser enriquecida com o entendimento dos incentivos presentes nas escolhas dos gestores, de acordo com as características de nosso país: sistemas de remuneração, restrições de dívida, legislação societária, clima organizacional, concorrência e os próprios mecanismos de governança. Com os aprimoramentos metodológicos necessários, no intuito de evitar ou minimizar problemas relatados na literatura, uma pesquisa nessa temática pode promover importantes contribuições para a referida literatura, pelas particularidades encontradas no Brasil. Demais contribuições esperadas do estudo das escolhas contábeis no Brasil são: construção de um arcabouço teórico, bem como, da base de dados, que envolve a coleta e tabulação das políticas contábeis utilizadas no Brasil, especialmente no período de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, o que poderá favorecer, inclusive, o desenvolvimento de outras pesquisas; análise de múltiplas escolhas contábeis simultaneamente, contribuindo para a literatura, devido à escassez de estudos dessa natureza no contexto brasileiro, o que concede originalidade à pesquisa; possibilidade de confrontar resultados com estudos anteriores de outros mercados, confirmando ou não hipóteses levantadas anteriormente pela literatura de escolhas contábeis.

Nas próximas seções, tratamos das escolhas contábeis, suas definições, teorias envolvidas, fatores determinantes e consequências econômicas, com base na literatura internacional e nacional.

2 Escolhas contábeis

A contabilidade objetiva fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas dentro e fora das empresas. Tais informações são destinadas a diversos grupos de usuários com necessidades e interesses nem sempre coincidentes e até mesmo antagônicos.

Conforme preconizado na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00), as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral – investidores, financiadores e outros credores.

Para tentar atender as necessidades e interesses dos diversos usuários da informação contábil de maneira confiável, a contabilidade segue normas emanadas pelos órgãos reguladores e normatizadores. O IFRS é o padrão contábil adotado em mais de 100 países, inclusive no Brasil, por meio da emissão dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) convergentes a este padrão internacional. A adoção do IFRS pode intensificar as escolhas contábeis e oferecer um cenário favorável para pesquisas relativas a esta temática, isso porque o IFRS proporciona mais julgamento dos gestores na implementação das normas (HAIL; LEUZ; WY SOCKI, 2009).

Conforme Watts (1992, p. 235) escolhas contábeis incluem as escolhas dos gestores das empresas por um ou mais métodos contábeis em detrimento de outros. Fields, Lys e Vincent (2001, p. 256) afirmam que uma escolha contábil é qualquer decisão cujo objetivo seja influenciar o resultado da contabilidade, incluindo não apenas as demonstrações contábeis, mas também, outros documentos derivados da contabilidade como, por exemplo, as declarações de imposto de renda. Desse modo, podem existir escolhas de políticas contábeis referentes a critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação, escolhas relacionadas a mudanças de políticas ou estimativas contábeis e escolhas contábeis reais.

As escolhas de políticas contábeis, na concepção deste trabalho, são escolhas de critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação, que afetam a prática contábil e são derivadas da adoção do padrão contábil internacional (IFRS), feitas dentro do arcabouço contábil permitido no país e monitoradas pelos auditores externos. Esse padrão contábil internacional busca promover uma representação fiel da realidade econômica pela contabilidade. Nesse sentido, podemos depreender que a adoção do IFRS promoveria, também, maior comparabilidade das informações contábeis entre empresas do mesmo país e de outros países e entre setores econômicos. No entanto, algumas normas são flexíveis, permitindo mais de uma opção para reconhecimento, mensuração e evidenciação de eventos econômicos na contabilidade.

Fields, Lys e Vincent (2001) mencionam que a escolha contábil existe porque é impossível ou inviável eliminar a flexibilidade dela. Ocorre que a imposição de um padrão contábil passível de oferecer uma linguagem de divulgação que atenda as necessidades de todas as empresas em todos os mercados é difícil. Isso porque o nível de desenvolvimento dos mercados pode ser diferente em questões como proteção ao investidor ou ao credor, regulação e *enforcement*. Além disso, nem sempre a uniformidade das políticas contábeis irá retratar fidedignamente a realidade econômica de todas as empresas, impactando a qualidade da informação divulgada. Por exemplo: uma empresa que trabalha com insumos importados, sujeitos à variação do mercado e ao preço do dólar pode ter seus estoques melhor retratados se estes forem mensurados pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) do que pelo custo médio ponderado. A possibilidade de escolha pode diminuir a comparabilidade das informações contábeis, porém o IASB mantém essa possibilidade porque a uniformidade de critérios não refletiria maior qualidade das informações. De maneira especial, as escolhas de políticas contábeis também podem apresentar efeitos tributários diferenciados, de acordo com as regras fixadas pelo órgão responsável pela tributação (SILVA, 2008).

É importante acrescentar que as escolhas de evidenciação envolvem tanto as escolhas contábeis ligadas à apresentação de informações nas demonstrações contábeis, tais como, método de apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa, juros e dividendos pagos e recebidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, como as escolhas referentes aos níveis de evidenciação, ou seja, escolhas relacionadas à evidenciação de informações obrigatórias *versus* voluntárias.

As mudanças de políticas ou estimativas contábeis também podem incluir escolhas contábeis. Para entender melhor, vamos imaginar a depreciação: por algum motivo a vida útil de determinado equipamento mostra-se maior ou menor que a estimada anteriormente. A mudança da estimativa, neste caso, não é uma escolha contábil, mas sim, a aplicação consistente de uma escolha (método de depreciação pela vida útil). Entretanto, se a empresa muda o método de depreciação de vida útil para unidades de produção, essa mudança é uma escolha, seja ela caracterizada como mudança de política ou de estimativa. Outro exemplo de escolha contábil relacionada à mudança de políticas ou estimativas contábeis poderia ser uma empresa que opta mudar de custo para valor justo a avaliação das propriedades para investimento.

As escolhas contábeis reais são as escolhas que têm como objetivo primordial afetar os números contábeis, como por exemplo, reduzir ou omitir a divulgação dos gastos com pesquisa e desenvolvimento para aumentar os resultados, emitir ações para aumentar o patrimônio líquido, vender ativos para aumentar a liquidez, antecipar ou postergar pagamentos etc. Adicionalmente às escolhas reais, Holthausen e Leftwich (1983, p. 94) mencionam que muitas escolhas são do tipo escolhas do momento de reconhecimento (postergação ou antecipação de reconhecimento de receitas ou despesas), porque elas alteram as receitas e despesas entre os períodos sem alterar o valor total das receitas e despesas. Consideramos que essas são as escolhas contábeis discricionárias, que envolvem ações deliberadas para alterar o resultado da contabilidade e não são, necessariamente, vinculadas a uma opção normativa.

Holthausen e Leftwich (1983, p. 77) afirmam que “escolhas contábeis têm consequências econômicas se mudanças nas regras usadas para calcular números contábeis alterarem a distribuição dos fluxos de caixa das empresas ou a riqueza das partes que usam esses números para a contratação ou a tomada de decisão”. Esses autores mencionaram mudanças nas regras, mas as escolhas não podem ficar estritas a elas. Entendemos que qualquer escolha contábil que afete a distribuição de probabilidade sobre expectativas dos fluxos de caixa futuros têm consequência econômica. Esses fluxos de caixa aos quais nos referimos precisam ser entendidos de forma ampla. Um gestor, preocupado com sua remuneração, por exemplo, pode fazer escolhas contábeis focando a distribuição de probabilidade dos fluxos de caixa da empresa que ele pode se apropriar. Portanto, os fluxos de caixa a que nos referimos são aqueles estimados por todos os *stakeholders* das informações contábeis, não os limitando aos participantes do mercado de capitais. Mesmo que as IFRS sejam destinadas à diminuição de assimetria informacional entre gestores e participantes do mercado de capitais, as escolhas contábeis são mais amplas.

Por isso é importante lembrar que as escolhas contábeis podem incluir decisões de gestores, auditores, membros do comitê de auditoria e órgãos reguladores (Francis, 2001, p. 310) e, dessa maneira, os fatores determinantes das escolhas podem variar de empresa para empresa. O que queremos dizer é que os fatores determinantes das escolhas contábeis podem estar relacionados ao ambiente interno das empresas (remuneração de gestores, redução do custo de capital, aumento da rentabilidade), como também, ao ambiente externo (regulação econômica, contábil, tributária). Contudo, para entrar nesse assunto propriamente dito, vamos discutir um pouco a questão da teoria das escolhas contábeis.

3 Escolhas contábeis: existe uma teoria?

A teoria positiva da contabilidade, apoiando-se em conceitos da teoria econômica, busca explicar e prever as escolhas de políticas contábeis (de reconhecimento, mensuração e evidenciação etc.) com base na ideia de que os múltiplos indivíduos envolvidos nas escolhas contábeis podem agir em função dos mais variados interesses, desde os pessoais até os

corporativos, procurando maximizar suas mais variadas utilidades (IUDÍCIBUS; LOPES, 2012). Assim, dados os interesses, existirão preferências por determinadas políticas contábeis.

Watts e Zimmerman (1986) propõem que a contabilidade é parte de um conjunto de contratos (formais ou informais) da firma, onde os interessados concordam, voluntariamente, com um conjunto amplo de escolhas contábeis passíveis de serem aplicadas. Nessa perspectiva a firma é encarada como um conjunto de contratos, formais ou implícitos, entre as partes interessadas na empresa, tais como, acionistas, administradores, credores, fornecedores, clientes e governo, onde cada participante contribui com algo para a firma e em troca recebe uma contrapartida (SUNDER, 2014). De acordo com Sunder (2014) na teoria contratual da firma a contabilidade é vista como um sistema para implementar contratos ou como um sistema de prestação de contas, devendo funcionar efetivamente em um ambiente imperfeito e com informações incompletas. Os diversos contratos que determinam os direitos e as obrigações das partes interessadas vinculadas à firma, tais como, contratos de empréstimos e planos de remuneração de gestores podem utilizar os números contábeis como base para determinação e distribuição dos resultados de cada uma das partes interessadas. Dessa forma, as escolhas de políticas contábeis realizadas pelos administradores são geralmente explicadas com base na teoria contratual da firma.

Coase (1990, p. 12) argumenta que uma teoria do sistema contábil é parte da teoria da firma, na medida em que considera a contabilidade como uma valiosa fonte de informação sobre o comportamento da firma e que contribui para seu desenvolvimento. A teoria das escolhas contábeis, descrita em Watts e Zimmerman (1986, 1990) é, então, parte da teoria da firma, conforme Watts (1992).

Watts (1992) afirma que é preciso identificar o papel que a contabilidade desempenha nas disposições contratuais e organizacionais e como os arranjos variam entre as empresas, pois por meio dessas disposições é que existem as escolhas contábeis. Para Watts (1992) as escolhas contábeis variam de empresa para empresa (de gestor para gestor, conforme seus pacotes de utilidades individuais e coletivas ou conforme o papel contratual a que elas servem) e derivam de variáveis econômicas. A teoria das escolhas contábeis estuda o como e o porquê das escolhas de políticas contábeis feitas pelos indivíduos responsáveis, já que o órgão regulador permite no contrato (legislação e normas de contabilidade) diversas políticas contábeis válidas para tratar de um mesmo evento econômico (CABELLO, 2012, p. 29).

As pesquisas internacionais não são conclusivas no que diz respeito à existência de uma ‘teoria das escolhas contábeis’, mas já testaram hipóteses ou conjuntos de hipóteses semelhantes ao longo dos anos, buscando explicar as consequências econômicas, incentivos, custos e benefícios das escolhas de políticas contábeis (HOLTHAUSEN e LEFTWICH, 1983; HOLTHAUSEN, 1990; BADERTSCHER, COLLINS e LYS, 2012). Conforme Fields, Lys e Vincent (2001) as pesquisas sobre escolhas contábeis estão relacionadas às hipóteses de: desempenho da firma; comportamento oportunista; assimetria de informação; governança corporativa; regulação (estas três últimas são chamadas de externalidades, conforme poderá se depreender pela leitura das próximas seções). Assim, neste trabalho, consideramos que a teoria das escolhas contábeis é parte da teoria da firma e busca explicar as escolhas de políticas contábeis por meio dessas cinco hipóteses elencadas por Fields, Lys e Vincent (2001), que vão ao encontro das perspectivas oferecidas por Holthausen (1990).

Na sequência continuamos a discussão a partir de uma revisão dos principais estudos empíricos sobre escolhas contábeis.

4 Literatura sobre escolhas contábeis: teorias, hipóteses e métodos

Holthausen e Leftwich (1983) revisaram as pesquisas sobre as consequências econômicas das escolhas de técnicas e normas contábeis e discutiram como essas

consequências podem ser determinadas por custos de contratação e monitoramento (custos de agência) associados à remuneração de gestores, dívidas contratuais (empréstimos), regulação e/ou visibilidade política. Os autores afirmam que, em geral, a hipótese é de que as empresas que enfrentam maiores custos de contratação e de monitoramento são mais propensas a escolher políticas contábeis que aumentam o lucro, para não afetar a riqueza das partes. As empresas que têm visibilidade política, como as grandes empresas e aquelas listadas em mercados estrangeiros, são mais propensas a escolher políticas de diminuição de lucro, porque mudanças no lucro alteram a probabilidade de exigência de impostos ou de concessão de subsídios. Holthausen e Leftwich (1983) apontam que os coeficientes tamanho e alavancagem são geralmente consistentes com as previsões de consequência econômica da teoria das escolhas contábeis, isto é, são fatores que influenciam as escolhas de políticas contábeis. No entanto, os autores alertam que os resultados são difíceis de interpretar, porque há pouca evidência de que o tamanho da empresa está relacionado à visibilidade política ou que a alavancagem está relacionada aos custos de contratação e monitoramento.

Anos mais tarde, Holthausen (1990) examinou os incentivos para as escolhas contábeis, confrontando três perspectivas não mutuamente excludentes: (i) contratos eficientes; (ii) comportamento oportunista; (iii) perspectiva informacional. A perspectiva de contratação eficiente, no que diz respeito às escolhas contábeis, implica que os métodos de contabilidade, assim como a forma de organização ou a forma de redação dos contratos, serão selecionados para minimizar os custos de agência entre as várias partes da empresa. Essa minimização de custos resultará na maximização do valor da empresa. Já a perspectiva do comportamento oportunista não necessariamente visa à maximização do valor da empresa, ou seja, nem sempre prioriza a eficiência contratual, pois nesta perspectiva prevalece o interesse do gestor no valor de sua remuneração. Portanto, no caso de a remuneração do gestor estar atrelada ao lucro, este tenderá a fazer escolhas que possam aumentar o lucro da empresa e, conseqüentemente, sua remuneração. A perspectiva informacional sugere que os métodos de contabilidade são escolhidos para revelar as expectativas dos gestores sobre os fluxos de caixa futuros da empresa. As perspectivas de contratação (contrato eficiente ou comportamento oportunista) sugerem que os métodos contábeis escolhidos afetam os fluxos de caixa da empresa (escolha dos métodos mais eficientes para maximizar o valor da empresa ou se comportar de forma oportunista para transferir riqueza), enquanto a perspectiva informacional sugere que os métodos escolhidos fornecem informações sobre os fluxos de caixa futuros da empresa, mas não os afetam diretamente (HOLTHAUSEN, 1990).

Badertscher, Collins e Lys (2012) destacaram as três visões aceitas na literatura contábil acerca das escolhas contábeis discricionárias dos administradores, cada uma com diferentes implicações na previsão de lucros e fluxos de caixa futuros: a perspectiva informacional, de comportamento oportunista e dos contratos, corroborando o estudo de Holthausen (1990). Estes autores testaram empiricamente essas perspectivas em uma amostra de empresas norte americanas e encontraram resultados mais consistentes com a perspectiva informacional, fracamente consistentes com a perspectiva de contratos eficientes e inconsistentes com a perspectiva oportunista.

A revisão de Fields, Lys e Vincent (2001), bem como a réplica de Francis (2001), no mesmo *journal*, também são relevantes, pois compõem o estado da arte da pesquisa em escolhas contábeis, uma vez que é a última revisão publicada sobre o assunto até o ano corrente, e lidam com a questão inquietante que guia o artigo.

Fields, Lys e Vincent (2001) revisaram as pesquisas que analisam os determinantes e as consequências das escolhas contábeis, publicadas em três *journals* na década de 1990 e alguns trabalhos antes da década de 1990. A revisão foi estruturada em três perspectivas que influenciam as escolhas contábeis dos gestores: custos de agência, assimetria de informações e as externalidades que afetam as partes não contratantes. Os autores chegaram às seguintes

conclusões: (i) os estudos não fornecem evidências diretas sobre custos e benefícios das escolhas contábeis; (ii) os pesquisadores examinam uma escolha ou motivação de uma escolha excluindo outras; (iii) os progressos são limitados nos projetos e métodos de investigação.

Em seguida, Francis (2001) realizou uma discussão focada no problema da definição de escolha contábil, nas implicações da classificação de Fields, Lys e Vincent (2001) para compreensão da literatura sobre as escolhas contábeis e nas conclusões e recomendações dos autores. A autora critica que a definição oferecida por Fields, Lys e Vincent (2001) é ampla demais, já que as escolhas contábeis envolvem decisões de gestores, auditores e até mesmo de órgãos normatizadores. Com relação à classificação, o ponto conflitante é o que se refere às externalidades, que abrange tributação e regulação, sendo que ambas podem variar muito de país para país, ainda mais se considerarmos o *enforcement* como característica ou parte da regulação. O sistema legal (judicial) e até mesmo a cultura do país pode impactar no *enforcement* para aplicação ou cumprimento de normas contábeis, impactando, conseqüentemente, as políticas contábeis.

No que tange às conclusões Francis (2001) também critica o fato de os pesquisadores analisarem uma escolha contábil em detrimento de outras, sendo que há múltiplas escolhas disponíveis que podem ser feitas simultaneamente. Neste ponto é que Fields, Lys e Vincent (2001) dizem que os progressos metodológicos são limitados. Francis (2001) concluiu que as pesquisas ligadas às motivações e benefícios das escolhas contábeis são, certamente, interessantes para saber se as escolhas realizadas tiveram os efeitos desejados.

Refletindo um pouco sobre o que exploramos até aqui, podemos observar que os estudos acerca das escolhas contábeis deixam lacunas a serem preenchidas. Um ponto em comum entre os autores mencionados é o que se refere aos aspectos contratuais como possíveis determinantes das escolhas contábeis, então, isso nos ajuda a manter a ideia de que a teoria das escolhas contábeis faz parte da teoria contratual da firma. Entretanto, quando passamos a examinar mais detidamente os estudos empíricos, verificamos as fragilidades existentes, tanto no que se refere às variáveis já incluídas nos testes, como aquelas que não estão incluídas, mas deveriam estar (vejamos, por exemplo, a questão das externalidades, apontadas por Fields, Lys e Vincent, 2001 e Francis, 2001). Parece-nos que o que temos são vários estudos segregados, testando uma parte de um todo que talvez não seja dissociável como pensamos.

Voltando o foco para as escolhas contábeis requeridas ou permitidas pela adoção do IFRS, encontramos vários trabalhos empíricos. Vamos abordar alguns na sequência.

Martínez, Martínez e Diazaraque (2011) examinaram os relatórios anuais de empresas listadas na Bolsa Espanhola que adotaram o IFRS a partir de 2005 com o objetivo principal de analisar as opções de políticas contábeis aplicadas e fornecer evidências dos fatores que impulsionam essas escolhas. Os autores selecionaram características corporativas que podem explicar 32 escolhas contábeis presentes no padrão IFRS: setor, endividamento, listagem em mercados internacionais, rentabilidade do Patrimônio Líquido, tamanho e tipo de auditoria (*big four versus não big four*). Segundo a literatura, empresas maiores tendem a ter maiores níveis de *disclosure*, mais recursos para elaboração dos relatórios financeiros e mais incentivos para analisar e selecionar critérios contábeis que minimizem impactos sobre os números contábeis. O endividamento está relacionado aos custos de agência (teoria da agência) e a preocupação dos gestores, neste caso, seria fazer escolhas que evitem violação de *covenants* contratuais. O setor pode explicar as escolhas contábeis relacionadas aos requerimentos de divulgação específicos e a expectativa é de que as empresas de mesmo setor utilizem as mesmas estratégias de comunicação corporativa, sob risco de serem penalizadas pelo mercado. Os autores afirmam que as escolhas contábeis determinam a magnitude das variáveis contábeis e estas, por sua vez, determinam os índices de rentabilidade, portanto, é de

se esperar uma associação significativa entre escolhas e rentabilidade. Com relação à listagem em mercados internacionais, a expectativa é de que esta variável possa influenciar as escolhas contábeis para atender diferentes regulamentações internacionais simultaneamente (IFRS *versus* USGAAP, por exemplo). Por fim, o tipo de auditoria, de acordo com a literatura levantada por Martínez, Martínez e Diazaraque (2011), está relacionado à qualidade da informação contábil, de modo que as empresas auditadas pelas *big four* buscam a redução dos seus custos de agência, pois as *big four* tem incentivos para manter a reputação no mercado e oferecem, portanto, maior qualidade de auditoria. Por meio de regressões logísticas, foi feita a análise de múltiplas escolhas contábeis vinculadas ao IFRS com empresas de um mesmo país (Espanha) buscando identificar os fatores que poderiam determinar tais escolhas. Os autores concluíram que características como tamanho, setor, rentabilidade e tipo de auditoria influenciaram as escolhas de políticas contábeis na amostra pesquisada.

Análise semelhante foi feita por Quagli e Avallone (2010), quando estes empregaram a regressão logística para testar a teoria das escolhas contábeis nas escolhas relativas à mensuração das propriedades para investimento sob o escopo da IAS 40, que permite a opção de valor justo ou custo para avaliar tais ativos. Estes autores pesquisaram empresas de sete países europeus e os resultados mais significativos que encontraram são de que tamanho, como *proxy* de custos políticos, reduz a probabilidade de uso do valor justo enquanto a relação *market-to-book*, *proxy* para assimetria informacional, está negativamente associada com a escolha do valor justo. Por outro lado, a alavancagem, *proxy* típica de custos de contratação, parece não influenciar a escolha do valor justo para a amostra investigada.

Nobes e Perramon (2013) analisaram as escolhas de políticas contábeis, sob o IFRS, feitas em demonstrações contábeis de pequenas empresas listadas em cinco países (Austrália, Reino Unido, Alemanha, França e Espanha). As pesquisas anteriores levantadas pelos autores mostram que as políticas contábeis nacionais pré IFRS explicam, em grande parte, as escolhas contábeis após a adoção do IFRS, no entanto, algumas escolhas parecem ter influência do exterior, provavelmente no intuito de aumentar a comparabilidade, segundo os autores. Partindo da ideia de que empresas menores podem ser menos influenciadas pelo exterior e, na prática contábil sob o IFRS, os autores encontraram diferenças altamente significativas entre as políticas contábeis de pequenas e grandes empresas e ainda, que as pequenas empresas fazem escolhas contábeis mais homogêneas do que as grandes empresas.

Nobes (2013) também traz uma discussão referente às opções de políticas contábeis presentes no IFRS a partir de 2013, ou seja, o autor alega que as diferenças nas políticas contábeis continuam sob o padrão contábil internacional. Neste estudo, Nobes lista 31 opções de políticas contábeis e examina várias questões que podem levar a diferenças internacionais na prática do IFRS, começando com a linguagem e *enforcement*, mas concentrando-se, principalmente, nas opções estratégicas. Eis aqui, mais uma vez, diferentes conclusões a respeito dos determinantes das escolhas contábeis: Nobes (2013) sugere que a escolha dentro do IFRS é, em grande, parte impulsionada pelo país, ou seja, devido ao sistema legal (*code law versus common law*), regulatório e tributário de cada país, e pouco afetada pelo setor ou por diferentes circunstâncias econômicas. O autor ainda deixa a dúvida se um padrão contábil com menos possibilidade de escolha e julgamento implicaria uma maior comparabilidade (ou melhor contabilidade). Cole, Branson e Beesch (2013) tentam responder essa dúvida, investigando se 197 empresas listadas europeias utilizam as opções oferecidas pelo IFRS e, em caso afirmativo, quais os determinantes dessas escolhas e como isso afeta a comparabilidade das demonstrações financeiras em IFRS. Esses autores investigaram o efeito do país, setor, tamanho da empresa, estrutura de capital e o tipo de auditor em 31 opções oferecidas dentro do IFRS. Descobriram que 22 das 31 opções são usadas de forma diferente. Os resultados, obtidos por regressão logística, apontaram que as escolhas contábeis são predominantemente influenciadas pelo país de origem, seguido do setor e do tipo de auditoria

(*big four versus não big four*). O tamanho da empresa e a estrutura de capital, por sua vez, não parecem influenciar as escolhas. No geral, os autores verificaram que as demonstrações financeiras europeias em IFRS não são de fato comparáveis ainda e ressaltam a identificação de opções que não são ou raramente são utilizadas e, portanto, podem ser removidas dos testes empíricos ou mesmo das normas.

Com relação ao estudo das escolhas contábeis das empresas brasileiras, vamos mencionar aqui as pesquisas de Silva (2008), Lorencini e Costa (2012) e Murcia *et al* (2013).

A pesquisa de Silva (2008) se torna interessante no contexto das reflexões propostas neste artigo, principalmente pela condução metodológica, onde o autor lida com múltiplas escolhas contábeis, contribuindo para a melhoria das limitações observadas por Fields, Lys e Vincent (2001) e Francis (2001). Basicamente o autor agrupa escolhas contábeis em estratégias que podem aumentar ou diminuir o resultado e o Patrimônio Líquido, de acordo com políticas contábeis menos conservadoras, mais conservadoras e intermediárias. Silva (2008) pesquisou 125 empresas com registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), independentemente se eram listadas em bolsa ou não, isso porque o foco do pesquisador estava em empresas emittentes de debêntures, pois seu objetivo era analisar os determinantes e consequências econômicas das escolhas de políticas contábeis sob a hipótese dos *covenants* contratuais. Os resultados da pesquisa demonstraram que as empresas analisadas não realizaram mudanças de políticas contábeis voluntárias com o objetivo de evitar violação de *covenants* contábeis e possíveis explicações para este fato estão atreladas a baixos custos no caso de violação dos *covenants*, ativa normatização e fiscalização das agências reguladoras de serviços públicos, notadamente no setor de energia elétrica, utilização de políticas contábeis pouco conservadoras por parte das empresas em geral. Este autor utiliza a teoria contratual da firma e a teoria da agência para embasar suas discussões.

Lorencini e Costa (2012) estudaram a escolha de manter ou estornar o saldo do Ativo Diferido, opções estas possíveis a partir do advento da Lei 11.638/2007, e Murcia *et al* (2013) tiveram como objetivo identificar os fatores determinantes da escolha de manter ou estornar o saldo da reserva de reavaliação. Ambas as pesquisas investigaram as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, utilizaram a técnica de regressão logística e testaram se fatores como: tamanho, rentabilidade, endividamento, governança corporativa, empresa de auditoria, listagem em mercados estrangeiros e valor da reserva de reavaliação ou valor do Ativo Diferido influenciaram tais escolhas contábeis.

Lorencini e Costa (2012) observaram que a participação em algum dos níveis diferenciados de governança corporativa está associada à escolha pela baixa dos saldos remanescentes e o tamanho do Ativo Diferido está associado à escolha pela manutenção dos saldos, após controle pelo tamanho da empresa. Murcia *et al* (2013) concluíram que o modelo *logit* não foi significativo, de forma que não foi possível associar as decisões tomadas pelas empresas ao conjunto de variáveis independentes utilizado, observando, somente, que empresas com maiores valores de reserva de reavaliação têm menor probabilidade de optar pelo estorno.

Podemos notar que todas as pesquisas comentadas aqui estão sob uma única abordagem metodológica. Todas selecionaram um conjunto de variáveis representadas por determinadas *proxies* e prosseguiram com os testes, buscando explicações para as escolhas contábeis dos gestores sempre na mesma linha de raciocínio. Em 1983 Holthausen alertava: “*Future progress depends on innovation in theory and empirical tests, rather than continued applications of the current state of the art*” (HOLTHAUSEN, 1983, p. 79). Como vamos gerar conhecimento novo e relevante se não mudarmos nosso foco e nos atentarmos que existem outras abordagens metodológicas? Fields, Lys e Vincent (2001) quase vinte anos após Holthausen (1983) apontaram progressos limitados nos projetos e métodos de

investigação e, mesmo assim, poucos avanços são observados nos estudos acerca das escolhas contábeis até o presente.

Além disso, podemos reforçar a ideia de que o estudo das escolhas contábeis parece segregado, sem as devidas amarrações teóricas e hipotéticas. Não é só o fato de se tratar apenas uma escolha contábil em alguns estudos, mas também, a falta de completude do raciocínio desenvolvido. Por exemplo, vemos que as pesquisas partiram, principalmente, das relações contratuais (perspectiva eficiente e oportunista) e da perspectiva informacional, mas não nos parece que essas relações continuaram a ser abordadas no intuito de testar essas hipóteses e avançar na construção da teoria das escolhas contábeis. Dizemos construção, porque acreditamos que essa teoria não está consolidada, principalmente pela recenticidade das pesquisas e pelos testes inconclusivos. As pesquisas sobre escolhas contábeis continuam amparadas pelas teorias econômicas, notadamente a teoria da firma e a teoria da agência.

Outras variáveis começaram a ser inseridas nos testes empíricos, no entanto, as justificativas para tal inserção nos parecem frágeis, sustentadas em outros testes empíricos e não em teoria (s). E mais, nem sempre as *proxies* utilizadas têm também sua utilização justificada adequadamente, o que pode causar viés e distorcer os resultados. Obviamente que avanços foram feitos, pois vemos trabalhos envolvendo características dos países, no intuito de capturar influências culturais que podem afetar as decisões dos gestores, assim como, o foco sendo direcionado para empresas menores, que podem ter diferentes incentivos para elaboração de relatórios contábeis. Contudo, acreditamos que amarrações teóricas e hipotéticas precisam ser estruturadas, de modo a justificar os testes empíricos de maneira mais robusta. Falta teoria e o pouco que temos é testado de uma única forma. Assim, muitos resultados são enviesados e não contribuem para o avanço da teoria e, conseqüentemente, para a geração de conhecimento relevante, ou seja, que possa impactar a prática contábil. Uma solução para isso seria o emprego de diferentes abordagens metodológicas em um mesmo estudo. Os resultados podem ser complementados com uma abordagem interpretativa, obtida por meio de questionários ou roteiros de entrevistas com os agentes envolvidos com as escolhas contábeis.

5 Considerações Finais

Diante da exposição das teorias e dos estudos levantados, podemos elencar algumas considerações acerca do desenvolvimento das pesquisas sobre escolhas contábeis no Brasil. Para implementação de uma pesquisa mais consistente sobre escolhas contábeis, que aproxime a teoria da prática brasileira, seria interessante acrescentar as perspectivas de empresas ativas e pouco ativas no mercado (ou dependentes e menos dependentes do mercado), isso porque, os incentivos para a divulgação de demonstrações contábeis podem ser diferentes para cada conjunto de empresas. Os interesses de divulgação para empresas com alta liquidez no mercado podem estar relacionados à manutenção dos investidores e captação de novos, no intuito de reduzir o custo de capital, por exemplo. No caso de empresas com baixa liquidez ou mesmo aquelas de capital fechado, os interesses podem ser outros, como manter o controle concentrado. Parece-nos que essa perspectiva não foi explorada pela literatura levantada.

Assim, as escolhas contábeis podem variar de acordo com as características de liquidez e, também, de acordo com diversas características institucionais das empresas presentes no mercado brasileiro, tais como: controle familiar; existência de subsidiárias estrangeiras; controle exercido por fundos; regulação específica (setores: elétrico, comunicação, transporte, saúde etc.); estrutura de governança; estrutura de capital (lembrando que no Brasil não há um mercado de dívida de longo prazo, pois os financiamentos, normalmente, são com taxas subsidiadas do BNDES); rede de controle e rede de conselho

(sendo que estas podem estar relacionadas aos financiadores); emissão de debêntures; setor econômico (concorrência nacional e internacional), porte; tributação; *enforcement*; auditoria; conselho fiscal; listagem em outros mercados; negociação de títulos de dívida em mercados privados (fundos de pensão, mercados estrangeiros).

Dessa forma, é possível comparar os diversos critérios que as empresas brasileiras adotaram e buscar identificar se os fatores determinantes para as escolhas contábeis são diferentes dependendo da exposição da empresa no mercado e de suas características institucionais. Pode-se, inclusive, identificar quais os incentivos que as empresas menos líquidas no mercado e aquelas de capital fechado possuem na produção de informações contábeis. Algumas empresas podem estar menos propensas à escolha estratégica de políticas contábeis ou menos interessadas em ‘agradar’ o mercado (por exemplo, analistas de investimentos), por várias razões, como, por exemplo, concentração de propriedade (NOBES; PERRAMON, 2013). Outras podem querer evitar a volatilidade dos lucros devido à reação que isso pode provocar no mercado.

Para efetiva contribuição com a literatura existente é necessário focar múltiplas escolhas contábeis, sendo pelo menos uma escolha em cada dimensão (reconhecimento, mensuração e evidenciação). Isso permite avaliar se os fatores determinantes das escolhas contábeis são os mesmos, independentemente da dimensão, e se não são, porque não. Deve-se investigar escolhas que podem ser comuns a todo tipo de empresa, não se atendo apenas à norma específica, de modo a oferecer condições para avaliar períodos subsequentes, ou seja, supondo que uma empresa fez certa escolha cuja motivação seria reduzir o custo de capital, será que isso realmente ocorreu? E ainda, com o uso de diferentes abordagens metodológicas, pode-se empreender uma parte interpretativa, por meio da aplicação de um questionário ou roteiro de entrevista no intuito de coletar informações com gestores, contadores e / ou auditores para avaliar se os resultados dos testes quantitativos correspondem às respostas de tais agentes. Dessa forma, limitações técnicas e metodológicas poderão ser superadas e avanços na construção da teoria das escolhas contábeis podem ser obtidos.

Referências

BADERTSCHER, Brad A.; COLLINS, Daniel W.; LYS, Thomas Z. Discretionary accounting choices and the predictive ability of accruals with respect to future cash flows. **Journal of Accounting and Economics**, 53, p. 330-352, 2012.

CABELLO, Otavio Gomes. **Análise dos efeitos das políticas de tributação do lucro na ETR das companhias abertas brasileiras**: uma abordagem da teoria das escolhas contábeis. 153 p. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo.

COASE, Ronald H. Accounting and the theory of the firm. **Journal of Accounting and Economics**, 12, p. 3-13, 1990.

COLE, Vicky; BRANSON, Joël; BREESCH, Diane. Determinants Influencing the IFRS Accounting Policy Choices of European Listed Companies (February 14, 2013). Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2217498> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.221749>

FIELDS, Thomas D.; LYS, Thomas Z.; VINCENT, Linda. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, 31, p. 255-307, 2001.

FRANCIS, Jennifer. Discussion of empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, 31, p. 309-319, 2001.

HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; WYSOCKI, Peter D. **Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the United States: An Analysis of Economic and Policy Factors**. 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1357331>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

HOLTHAUSEN, Robert. W.; LEFTWICH, Richard W. The Economic consequences of accounting choice: implications of costly contracting e monitoring. **Journal of Accounting and Economics**, 5, p. 77-117, 1983.

HOLTHAUSEN, Robert. W. Accounting Method Choice: opportunistic behavior, efficient contracting and information perspective. **Journal of Accounting and Economics**, 12, p. 207-281, 1990.

IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LORENCINI, Fernando Drago; COSTA, Fábio Moraes. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção *versus* baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças USP**, v. 23, n. 58, p. 52-64, jan. a abr./2012.

MARTINS, Eric Aversari. **Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica**. 268 p. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo.

MARTÍNEZ, Juana A.; MARTÍNEZ, Fernando G.; DIAZARAQUE, Juan M. Marín. Optional accounting criteria under IFRSs and corporate characteristics: evidence from Spain. **Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review**, vol. 14, n. 1, p. 59-85, 2011.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; WUERGES, Artur. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações *versus* gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p.28-44, abr./jun. 2011.

NOBES, Christopher; PERRAMON, Jordi. Firm size and national profile of IFRS policy choice. **Australian Accounting Review**, v. 23, n. 66, issue 3, p. 208-215, 2013.

NOBES, Christopher. The continued survival of international differences under IFRS, **Accounting and Business Research**, v. 43, n. 2, p. 83-111, 2013.

QUAGLI, A.; AVALLONE, F. Fair Value or Cost Model? Drivers of Choice for IAS 40 in the Real Estate Industry. **European Accounting Review**, v. 19, n. 3, p. 461-493, 2010.

REMENYI, D.; WILLIAMS, B.; MONEY, A.; SWARTZ, E. **Doing Research in Business and Management: an introduction to process and method**. London: Sage Publications, 2000.

SILVA, Adolfo H. C. **Escolha de políticas contábeis no Brasil: uma análise sob a hipótese dos *covenants* contratuais**. 159 p. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo.

SUNDER, Shyam. **Teoria da Contabilidade e do Controle**. São Paulo, Atlas: 2014.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1986.

_____. Positive Accounting Theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, jan. 1990.

WATTS, Ross L. Accounting Choice Theory and Market-Based Research in Accounting. **British Accounting Review**, 24, p. 235-267, 1992.